

## ATA 07/06 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 6 dias do mês de abril de 2006, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, na Av. João Pessoa, 325, com início as 18:30 hs, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1)Abertura, 2)Leitura da Ata resumida 06/06 e Apreciação e Votação Ata 05/06, 3)Faltas Justificadas, 4)Avisos, 5)Informes e 6)Pauta Principal-PLANO DE SAÚDE MENTAL. Estavam presentes os seguintes Conselheiros; **1)Oscar Paniz, 2)José Antônio dos Santos, 3)Filamar Marley dos Santos, 4)Darcy Vilanova Azevedo, 5)Angela Regina Groff Nunez, 6)Antônio Losada, 7)Ivo Fortes Santos, 8)Clodomar Freitas, 9)Maria Letícia de Oliveira Garcia, 10)Ione Nichele, 11)Deoclides F de Almeida, 12)Jaci dos Santos, 13)Zilda de Moraes Martins, 14)Maria Ivone Dill, 15)Maria Encarnacion Morales Ortega, 16)Elen Maria Borba, 17)Heloísa Helena Rousselet de Alencar, 18)Maria Helena França, 19)José Carlos Vieira, 20)Andreia Padilha, 21)Flávio Cassal, 22)Zailde Freitas da Silva, 23)Luciana Zanetti, 24)Maria Geneci Macedo da Silveira, 25)Sandra Luciana dos Santos Medeiros, 26)Carlos Alexandre Geyer, 27)Sandra Mello Perin, 28)Lisia Hausen Gabe, 29)Maria da Graça Labréa, 29)Isis Azevedo da Silveira, 30)Janete Nunes Soares, 31)Cláudia Feldmann, 32)Alair Rosinete Silva, 33)Jairo Tessari, 34)Alcides Pozzobon, 35)Roger dos Santos Rosa, 36)Izolda Machado Ribeiro, 37)Tânia Mara da Silva Garcia, 38)Márcia Nunes.** Estavam presentes os seguintes Suplentes: **1)Elizabete dos Santos Freitas, 2)Míriam França, 3)Humberto José Scorza.** Registraram suas ausências, 1)Paulo Henrique Rodrigues, 2)Débora Raimundo Melecchi. É feita a leitura da Ata resumida 06/06 pelo Coordenador da Plenária, Conselheiro OSCAR PANIZ. Consultada a Plenária, sobre alguma dúvida referente à esta Ata e nada havendo, a mesma é encaminhada à votação, sendo aprovada por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções. A Plenária é consultada sobre alguma alteração a ser feita na Ata 05/06, entregue anteriormente. Nada havendo, é encaminhada à votação, sendo aprovada por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. Iniciam-se os avisos, pelo Conselheiro HUMBERTO SCORZA, convidando a todos para uma atividade que acontecerá durante todo o dia7, na US Santa Cecília-Clínicas, comemorando-se o Dia Mundial da Saúde, onde se conversará bastante sobre Saúde e Controle Social. Elogia também o trabalho da Secretaria da Saúde, organizado pelo Sr. ALBERTO GABELINI, que é um cartaz, onde está descrito todo um Planejamento para o ano de 2006. Se manifesta o Conselheiro IVO FORTES, registrando sua presença nesta tarde na Audiência Pública, promovida pelo Conselho Estadual de Saúde e que aconteceu no Auditório da Assembléia Legislativa, onde houveram duas Resoluções. A primeira dirigindo-se ao Conselho Nacional de Saúde, para que este pressione a Câmara e o Senado, no sentido de que a Emenda Constitucional 29 seja aprovada imediatamente. Outra proposição encaminhada é de que todos os recursos para a Saúde, do Orçamento do Estado, passem pelo Fundo Estadual de Saúde, tirando assim a interferência da Secretaria da Fazenda nos destinos do dinheiro da Saúde. Se manifesta o Sr. ANDRÉ BEHLE, Diretor da Associação de Funcionários da Secretaria da Saúde e trabalhador do IAPI, dizendo estar muito inconformado com o encaminhamento dado na Parceria com a ULBRA, no IAPI. Achamos que o que foi aprovado aqui não está acontecendo lá, na realidade do dia-a-dia, pois temos pacientes sendo transferidos do Hospital Independência, para serem atendidos lá naquele Posto, gerando consulta médica, exames, medicamentos. Pelo que vimos não foi isto que foi aprovado aqui, pelos Conselheiros. Desta forma, dia 12 de abril, os trabalhadores do IAPI, juntamente com a nossa Associação, com o SINDISPREV, SINDISEP estão promovendo um ato público, em frente ao Posto, e contamos com a participação deste Plenário, que será também um ato contra algumas Parcerias, que na verdade são mais é Privatização da Saúde. Se manifesta o Conselheiro OSCAR PANIZ, registrando Convite recebido para a IX Congresso Estadual das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, que acontecerá dias 25 e 26 de maio próximo, em Porto Alegre. Se manifesta a Sra. TÂNIA FAILLACE, registrando que nesta tarde, na Audiência Pública do Conselho Estadual de Saúde, também foi rejeitado por unanimidade os Projetos de Lei do

51 Governo do Estado, 94 e 95, que formalizava a criação de ONGs, extinção de Concursos Públicos  
52 para preenchimentos de cargos, em todas as áreas, inclusive na Saúde. Fala o Sr. PEDRO, do  
53 Conselho Glória-Cruzeiro-Cristal, comunicando que hoje tiveram um encontro com o Sr. Secretário  
54 da Saúde, Dr. PEDRO GUS, para tratar do cumprimento da Resolução, deste Conselho Municipal  
55 de Saúde, e que ainda não teria sido cumprida e o Secretário disse que a mesma será cumprida.  
56 Fala o Sr. NEI CARVALHO, dizendo-SE já Conselheiro pelo Conselho Distrital Humaitá-  
57 Navegantes-Ilhas. Na verdade está fazendo uma reclamação pois quando participou da última  
58 reunião daquele Conselho, o Gerente Distrital não se fez presente, contrariando o que o Gestor diz  
59 aqui no Conselho, de que eles comparecem. Fiz a pergunta lá, de como estaria sendo a presença  
60 dele e de 13 reuniões ele compareceu a apenas 4. Temos que prestar a atenção nestes detalhes  
61 para depois não ficar ouvindo de que as pessoas são apaixonadas pelo Controle Social, mas que  
62 não aparecem na hora de fazer o processo andar. Isto serve para o Coordenador da Assepla, Sr.  
63 RAUL MARTINS, como informação, pois não sei se ele sabe disso. Passamos para os informes e  
64 se manifesta a Sra. LEONI que identifica-se como usuária e pertencente ao Conselho Local da  
65 UBS Morro da Cruz. Diz que esta Unidade é administrada pelo Hospital Moinhos de Vento. Diz  
66 que o Conselho Gestor faz um trabalho de ouvidoria. São 4 pessoas da comunidade que se  
67 envolvem nisso. Este Conselho Local faz reuniões de 15 em 15 dias e uma vez por mês com a  
68 Comunidade. Registra que teve uma reclamação de um Conselheiro de Saúde, que ouviu um  
69 Usuário se queixando e trouxe logo ao Conselho Distrital e Municipal. Diz a Sra. LEONI que  
70 gostaria que estas reclamações fossem levadas ao Conselho Local e depois então fossem para o  
71 Distrital ou Municipal. Se manifesta o Conselheiro VIEIRA, registrando o seu reconhecimento pela  
72 abertura do Terceiro Turno. Registra também que hoje teve uma homenagem na Câmara de  
73 Vereadores, para o Pronto Socorro e estranhou que não havia nenhuma representação do  
74 Conselho Municipal. Solicita também o Sr. VIEIRA que se pautem uma Plenária com o SAMU, pois  
75 na sua região há muito descontentamento sobre os serviços prestados pelo mesmo. Diz que os  
76 funcionários do SAMU ficaram sem o vale refeição e estariam vindo fazer as refeições no HPS,  
77 deslocando-se com o veículo. O Coordenador da Plenária, Sr. OSCAR PANIZ informa que já  
78 solicitou Pauta sobre SAMU, para este Conselho. Fala o Conselheiro IVO FORTES, dizendo que o  
79 Conselho que propôs que se discutisse o Plano de Saúde Mental nos outros Conselhos Distritais  
80 foi o seu. Diz que recebeu na Terça-feira passada o estudo do grupo que fez o trabalho.  
81 Reconhece que houve atraso na entrega deste trabalho e traz a consideração deste Conselho para  
82 que o Sr. PEDRO traga um pouco da realidade expressa neste documento. Se manifesta o  
83 Conselheiro OSCAR PANIZ, informando que a Secretaria Técnica do Conselho Municipal encerrou  
84 seu tempo de Gestão. Em função disso estamos vindo à este Plenário, solicitar o aval para que os  
85 membros da Setec permaneçam por mais alguns dias, até que ocorra a Eleição do novo Núcleo de  
86 Coordenação, juntamente com o novo Coordenador do Conselho, para que este possa estruturar  
87 novamente a Setec. Não havendo nenhuma manifestação, o pedido de prorrogação da atual  
88 constituição da Setec é aprovado por unanimidade. O Sr. Coordenador OSCAR PANIZ,  
89 encaminha à Plenária pedido de indicação de Usuários para completar a composição do  
90 Conselho Gestor do HPS. A necessidade é de 6 pessoas. Registra também o Sr. Coordenador o  
91 pedido de Membro Usuário deste Conselho, do Centro Universitário IPA, para compor o Comitê de  
92 Ética em Pesquisa, daquele Centro Universitário. Um titular e um suplente. Maiores informações,  
93 comunicar-se com a Secretaria do Conselho. Registra, o Sr. OSCAR, a comunicação da UAMPA  
94 de seus novos representantes, que são WILSON VALÉRIO LOPES, Titular e ÁLVARO CORRÊA,  
95 Suplente. Registra também a indicação do Conselho Regional de Psicologia de sua nova  
96 representante, a Psicóloga JANETE NUNES SOARES. Também registra a comunicação do  
97 Conselho Distrital Glória-Cruzeiro-Cristal a indicação dos nomes de MARIA LETÍCIA DE  
98 OLIVEIRA GARCIA, titular e MÍRIAM FRANÇA, como Suplente, para representantes dos  
99 trabalhadores. Na seqüência o Coordenador solicita que a Conselheira MARIA ENCARNACION  
100 faça um breve relato sobre sua representação na III Conferência Nacional de Gestão do Trabalho

101 e Educação na Saúde, que aconteceu em Brasília entre os dias 27 e 30 de março de 2006. Em sua  
102 manifestação a Sra. ENCARNACIOM ressaltou os percalços ocorridos na viagem via rodoviária,  
103 os incidentes ocorridos na Plenária, onde um Delegado do Rio Grande do Sul, especificamente da  
104 cidade de Bagé, se apropriou indevidamente de uma impressora, da organização do evento e isso  
105 trouxe repercussão negativa à Delegação do RS. O Conselheiro HUMBERTO SCORZA pede a  
106 palavra e diz que esta Plenária tem que registrar junto ao Conselho Estadual de Saúde sua  
107 insatisfação pelos fatos ocorridos o que é aprovado plenamente e fica designado o Coordenador da  
108 Plenária, Sr. OSCAR, em nome do Conselho Municipal, redigir correspondência ao Conselho  
109 Estadual. A próxima Conselheira a se manifestar e fazer um breve relato sobre sua viagem é a  
110 Conselheira MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA, que participou entre 14 e 16 de março de  
111 2006 do Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde Para as Mulheres,  
112 também em Brasília. Ressalta que foram distribuídas algumas cópias do texto básico, discutido no  
113 Seminário e que quem não o peou pode solicitar na Secretaria do Conselho. Faz um relato das  
114 metas, que o Ministério da Saúde estabeleceu, para a Saúde da Mulher. A)reduzir em 30% os  
115 índices de mortalidade materna; b)umentar em 50% o numero de serviços de Saúde do SUS  
116 para a realização de laqueaduras e vasectomia, em todos os Estados; c)reduzir em 15% a taxa de  
117 Cesarianas, no SUS; d)umentar em 30% o serviço de Atenção as Mulheres em situação de  
118 violência nos Municípios Polo, de micro-regiões. e) aumentar a cobertura em 15 % os exames de  
119 Papa Nicolau para a população de risco, 35 a 49 anos de idade; f)umentar em 25% a realização  
120 de cirurgias para a reconstrução mamaria; g)reduzir em 15% o número de complicações de aborto,  
121 no âmbito do SUS; h)implantar comitês de morte materna em 100% dos municípios com população  
122 superior a 50 mil habitantes; i)reduzir em 6% a incidência de AIDS em mulheres; j)alcançar 100%  
123 de cobertura com a vacina dupla adulta em mulheres com idade fértil de 15 a 49 anos nas regiões  
124 norte-nordeste de Minas Gerais e Goiás, correspondendo a 2178 municípios ; k) implantar e  
125 incrementar 5 Centros de Referência para atendimento a fertilização de casais soro-diferentes  
126 para o HIV; j)garantir a pelo menos 60% das gestantes integrantes das famílias beneficiadas do  
127 Programa Bolsa Família e acompanhamentos, segundo agenda de compromissos, no Setor Saúde,  
128 ou seja, Vigilância Alimentar e Nutricional, Vacinação e pré-natal. Continua a MARIA LETICIA,  
129 dizendo que como este encontro foi para articulação das políticas, ele tem o compromisso a médio  
130 prazo que é de fazer um Seminário, nestes mesmos moldes, nas regiões do Brasil, portanto  
131 teremos este Seminário ainda este ano no Rio Grande do Sul. Faz seu relato o Conselheiro  
132 OSCAR PANIZ, que diz ter participado no dia 29 de março de 2006 de Oficina de Trabalho do  
133 Fundo Global para a Tuberculose, no Rio de Janeiro. O objetivo era de dar continuidade a  
134 participação deste Conselho Municipal, que até o ano passado estava sendo representado pela  
135 pessoa do Sr. NEI CARVALHO. Encaminhamos documento sucinto(cópia anexada à Ata) aos  
136 Conselheiros onde explicamos do que, basicamente, se trata. Também ressaltou o Conselheiro  
137 OSCAR que o Projeto está a disposição na Secretaria do Conselho, para quem necessitar de  
138 melhores esclarecimentos. A Conselheira SANDRA PERIN, representante do GAPA neste  
139 Conselho, se manifesta, colocando-se a disposição para auxiliar no acompanhamento do Projeto  
140 pois a instituição a qual representa tem experiência em utilização de recursos deste Organismo. O  
141 Conselheiro HUMBERTO SCORZA solicita a palavra, dizendo sobre o reconhecimento do trabalho  
142 realizado pelo Conselho Municipal de Saúde e a presença deste Conselho neste Programa  
143 comprova isto e que deve ficar como registro. Encaminha o Coordenador a palavra à Conselheira  
144 MARIA ENCARNACION para fazer um resumo da reunião havida ontem no Ministério Público  
145 Estadual, sobre Reabilitação. Esta se manifesta dizendo que já teria 3 convocações anteriores e  
146 que teriam sido desmarcadas pois o Gestor não teria comparecido. Todos sabemos que  
147 Reabilitação não há na cidade, somente Fisioterapia e de forma precária. A Promotora comentou  
148 que mandou diversos ofícios à Secretaria e esta não teria respondido, pois houve uma  
149 representação junto ao Ministério Público do VALTINHO, que é uma pessoa que se propôs a  
150 colaborar com o Conselho, no sentido de apresentar um Projeto de Reabilitação para a Cidade de

151 Porto Alegre, o que foi feito, no ano de 2004, quando foi realizado um Seminário para tal. Como o  
152 Gestor atual não se manifestou, ele entrou no Ministério Público e ontem mais uma vez fomos  
153 chamados. Pela Secretaria foi uma pessoa que pensou tatar-se de Reabilitação para deficientes  
154 visuais. Ficou para 18 de abril uma nova reunião, onde a Secretaria deverá apresentar uma  
155 proposta ou o que está sendo feito. Na seqüência a Psicóloga JANETE NUNES SOARES se  
156 apresenta na qualidade de novo representante do Conselho Regional de Psicologia. É solicitado  
157 que a Dra. ANA MARIA CIRNE, pela Comissão Eleitoral, se manifeste citando os nomes de quem  
158 esta apto a votar. O Coordenador, OSCAR PANIZ, solicita que as dúvidas sejam esclarecidas na  
159 sala de reuniões do Conselho e caso haja necessidades que se as tragam para esta Plenária. Os  
160 aptos a votar são: **OSCAR PANIZ, JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS, TÂNIA MARA DA SILVA**  
161 **GARCIA, ANGELA REGINA GROEFF NUNEZ, IVO FORTES DOS SANTOS, CLODOMAR**  
162 **FREITAS, MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, IONE TEREZINHA NICHELE, DEOCLIDES**  
163 **F. ALMEIDA, JACI DOS SANTOS, ZILDA DE MORAES MARTINS, MARIA IVONE DILL, MARIA**  
164 **ENCARNACION MORALES ORTEGA, WALMIR LABATUT, ELEN MARIA BORBA, HUMBERTO**  
165 **JOSÉ SCORZA, MARIA HELENA FRANÇA, JOSÉ CARLOS VIEIRA, ANDREIA PADILHA,**  
166 **ZAILDE FREITAS DA SILVA, FLÁVIO CASSAL, PAULO HENRIQUE RODRIGUES, WILSON**  
167 **VALÉRIO LOPES, MARIA GENECI MACEDO DA SILVEIRA, SANDRA LÚCIA DOS SANTOS**  
168 **MEDEIROS, SANDRA MELO PERIN, LISIA HAUSEN GABE, DÉBORA RAYMUNDO MELECCHI,**  
169 **PAULO STOELBEN, ISIS DE AZEVEDO SILVEIRA, JANETE NUNES SOARES, CLÁUDIA**  
170 **FELDMANN, ANTONIA DA SILVA, ALAIR ROSINETE DA SILVA, ALCIDES POZZOBON,**  
171 **ROGER DOS SANTOS ROSA, RAUL MARTINS, MÁRCIA NUNES.** A única dúvida que iremos  
172 esclarecer é com a IZOLDA, do SINDIHOSPA. A Dra. ANA lembra que a data da eleição  
173 precede a um feriado, propondo então que se antecipe a votação para a Quarta-feira, dia 19 de  
174 abril. Após algumas trocas de idéias e de propostas é confirmada a data de 20 de abril, no horário  
175 das 17 as 21:00 hs. Na seqüência dos informes o Coordenador comunica que estão sendo  
176 indicados os nomes dos Usuários, OSCAR PANIZ, Titular, e MARIA ENCARNACION MORALES  
177 ORTEGA, Suplente, para representarem este Conselho Municipal, no Conselho Metropolitano. O  
178 Conselheiro DEOCLIDES ALMEIDA solicitou qual foi o critério para a indicação dos nomes. O Sr.  
179 OSCAR PANIZ lhe informou que já houve a chamada em Plenárias anteriores e ninguém se  
180 manifestou e assim os nomes citados se inscreveram. Lembra o Coordenador OSCAR que por  
181 solicitação desta Plenária foi feito um pedido de informações à Secretaria da Fazenda sobre a  
182 dívida da ULBRA para com o município. Diz que até o momento não houve resposta daquela  
183 Secretaria e deverá ser reiterado o pedido. O Coordenador OSCAR PANIZ faz referência ao  
184 Acordo Cooperativo entre ULBRA e SMS, dizendo ter recebido informações de que Usuários da  
185 ULBRA, do Hospital Independência, estariam sendo referenciados no IAPI e isto não estava no  
186 Acordo. Disse ter conversado com o Gerente JOÃO PAULO e o Sr. RAUL MARTINS e estes  
187 confirmaram que houve um acerto de que por 45 dias os Usuários do Independência seriam  
188 referenciados no IAPI. A Conselheira IONE pede a palavra, dizendo que a questão da ULBRA não  
189 foi fácil. Esta questão achamos que não haveria necessidade de entrar no documento, pois  
190 quando os Residentes da ULBRA foram transferidos para o IAPI, todos estavam atuando no  
191 Hospital, com cirurgias, procedimentos e a gente entendeu que em 45 dias, no máximo, os  
192 pacientes não poderiam ser prejudicados e simplesmente interromper o tratamento. Uma questão  
193 de humanidade e ética. Achamos que isto era justo pois o usuário merece respeito. O Conselheiro  
194 DARCI VILLANOVA propõe que este Conselho emita uma Resolução, para que todos os Projetos  
195 aprovados por nós sejam assinados aqui para podermos testemunhar o fato, pois quando eles  
196 são assinados, não recebemos cópia, não ficamos sabendo. Fala o Sr. ANDRÉ BEHLE, dizendo  
197 que a corrupção no Brasil, não sai nunca das manchetes. Temos que exigir de nossos  
198 governantes clareza, transparência, nas discussões. Olha, verbal, mas que problema tinha em  
199 colocar para vocês. Vocês ficaram sabendo porque eu denunciei, porque senão ninguém  
200 levantaria. Centenas de pacientes e trago a prova, cirurgia plástica, vascular, que eram atendidos

201 na ULBRA, a reconsulta é no IAPI. Não é como é colocado, que são atendidos e vão para casa.  
202 Estes pacientes vão demandar novos exames, muitos de alto custo, vão demandar internações  
203 hospitalares. Nas nossas pastas do IAPI temos cirurgias plásticas desde 2001. E outra coisa,  
204 IONE, tu ias compreender muito melhor se tivesse o trabalho de discutir com os trabalhadores.  
205 Muitas vezes os trabalhadores não vão ao Conselho vocês deviam ir ao trabalhador. Você saberia  
206 que muitas destas especialidades colocadas na parceria, sobram consultas no IAPI. Nefrologia,  
207 sobra consulta. Proctologia Geral, sobra consulta. Cirurgia Geral, sobram consultas, pois como o  
208 bloco é limitado eles acabam referenciando para o hospital. E ai é aquela fila imensa. E agora  
209 estes usuários, que a ULBRA chama de Clientes, que eram atendidos no Independência são  
210 atendidos pela Secretaria e como não tem custo envolvido? Tem o custo subjetivo, pois reduz o  
211 custo da ULBRA pois ela usa a minha mão de obra, que ganho pouco, mas a Prefeitura que me  
212 paga. Usa a luz, a água, o espaço físico, recentemente reformado, com o dinheiro da comunidade.  
213 Então pessoal quando falta discussão, não se deve votar. Se votou isto no afogadilho. Fui  
214 Conselheiro muitas vezes. Se não se tem transparência, clareza, vamos continuar discutindo.  
215 Porque tem que votar as coisas em fevereiro, quando metade do povo está em férias. O que a  
216 ULBRA fez na Restinga? Qual é a dívida da ULBRA? Não somos contra parceiros. Temos a  
217 Universidade Federal, tem a Escola Técnica de Saúde. Fala o Conselheiro HUMBERTO SCORZA,  
218 dizendo que o ANDRÉ foi bem candente. Que bom que tu vens voltando. Gostaríamos que tu  
219 tivesse permanecido. Lá no IAPI temos os problemas que a IONE sempre mencionou e falo ai  
220 como quem Coordenou este Conselho por 6 anos e que nossos companheiros, e também sou  
221 trabalhador da área, não se faziam parceiros na discussão. O problema que ele coloca é  
222 interessante. O Conselho tem todo o direito e poder de compreensão. Mobilização. Vivemos em  
223 uma democracia e cada um se mobiliza como quer. Cobranças da Secretaria. Façam. Sobre a  
224 Secretaria da Fazenda, o município não se dignou a responder a este Conselho, sobre uma  
225 solicitação feita. É costume de tantas Secretarias não darem muita bola para o Conselho. Procura-  
226 se o Conselho quando se precisa aprovar alguma coisa. Fala o Sr. RAUL MARTINS,  
227 manifestando-se sobre a questão do IAPI acho que este Conselho tem um papel fundamental.  
228 Sempre trabalhamos de forma muito transparente com este Conselho. Hoje eu vi este Conselho  
229 atender um chamado de uma crítica a Parceria feita com a ULBRA, por um servidor nosso, que faz  
230 parte do Conselho, que tem assento no Conselho e que não se fez presente em todo processo de  
231 discussão que se fez sobre este convênio, aqui. Naquele momento se omitiu e depois faz um  
232 estardalhaço, dizendo que este convênio é irregular. Estes Conselheiros, todos, tiveram acesso as  
233 informações. Se a Associação de Funcionários se omitiu, tem que assumir a responsabilidade. Não  
234 vir criticar depois, pois é um desrespeito com os Conselheiros, que abnegadamente discutira, por  
235 mais de uma sessão, e que todos tiveram acesso. Chamo a atenção para algumas coisas que a  
236 gente tem que saber e tem que entender. Exames, nós pagamos eles feitos na ULBRA ou no IAPI.  
237 Que paga é o SUS. Gostaria de saber qual é a diferença. Certamente tem muito mais trabalho,  
238 agora. O que me preocupa é uma fala do ANDRÉ e acho que vou tomar providências amanhã, pois  
239 estão sobrando consultas no IAPI. Vamos remanejar estes profissionais para outras áreas da  
240 cidade, onde estão faltando, nestas especialidades. Isso é o que tem que ser feito. É administrar  
241 com seriedade.. Se a Restinga não tem oferta de especialidades, vamos levar para lá. Se  
242 manifesta o Conselheiro CLODOMAR, dizendo que o companheiro(ANDRÉ) só aparece para  
243 criticar. Faz tempo que eu não vejo ele trabalhar. É demagogia barata dele. É um funcionário pago  
244 pelo Sindicato. É um gigolô de Sindicato. Tiveram 3 reuniões sobre a ULBRA aqui. Não veio aqui  
245 quem não quis. Então não venham ser contra isso ou contra aquilo. É muito fácil criticar quem está  
246 aqui. Eu não recebo para trabalhar. Tu recebe e não vem. Tu é um tremendo pilantra. O Sr. RAUL  
247 MARTINS solicita um aparte, pedindo que se mantenha o nível que sempre prevaleceu no  
248 Conselho. Acho que não podemos nos equivocar pois muitos visitante vão achar que é o clima  
249 normal aqui. O Coordenador, OSCAR PANIZ, diz que é importante que mantenhamos o respeito  
250 entre nós. O Conselheiro HUMBERTO SCORZA, diz, com todo o respeito ao CLODOMAR, com

251 quem se relaciona muito bem, acha que não é oportuno as colocações feitas e as expressões  
252 usadas e solicita que isto não constassem em Ata. A Conselheira HELOISA ALENCAR solicita  
253 esclarecimentos, pois quando discutimos no Plenário o Convênio, lembro que perguntei ao Dr.  
254 MARCELO se a marcação de Consultas do IAPI seria feita pela Central de Marcação. Ele  
255 respondeu que sim. Portanto o acesso dos pacientes ia ser via Rede Básica, Central, etc.. A IONE  
256 deu uma explicação: os pacientes estavam em tratamento. Esse outro serviço cadastrado na  
257 Central não é exclusivo da região do IAPI, porque não temos na cidade, regionalizado, o acesso  
258 às especialidades. Esse é um custo para um serviço novo em decorrência do que for solicitado na  
259 cidade, pois os exames que forem solicitados serão cobrados. Agora, se o Usuário for por outra  
260 porta, esta não será a porta do SUS. Da mesma forma que na reunião de Prestação de Contas,  
261 perguntei sobre o serviço das Católicas, me disseste que é um Convênio. Este Convênio, conforme  
262 a Coordenadora do Distrito Centro, não passou pelo Conselho. Então não sabemos se o  
263 Ambulatório de Dermatologia, que esta no Santa Marte, está na Central de Marcação. Se a cidade  
264 toda tem acesso às consultas. Acho que precisamos, em algum momento, fazer uma Pauta, para  
265 discutir estas Parcerias. O Sr. RAUL MARTINS, pede para dar algumas respostas, iniciando pelo  
266 fim da colocação da Conselheira HELOÍSA. O Convênio da Católica é muito anterior a nossa  
267 estada aqui. Possivelmente quem estava na Gestão anterior consegue nos dizer onde foi  
268 encaminhado este Convênio, pois ele era anterior a 2005. A Segunda coisa é um esclarecimento.  
269 Quando um usuário precisa de um exame, quem paga é o SUS, certo. Se o usuário esta  
270 precisando do exame está aumentando o custo, significando então que não vamos dar a consulta  
271 para não pedir o Exame. É isso? Sempre que se ampliar serviço, atendimento, vai ter aumento de  
272 custo ou alguém acha que 136 médicos novos na Rede não ampliou exames? E eles nem  
273 conversam com a ULBRA. O que a IONE falou é uma coisa pertinente pois a gente tem que  
274 procurar ter bom senso e não atrapalhar o usuário que está em tratamento, como se buscou nos  
275 primeiros 45 dias. Talvez nem mesmo nós tivéssemos avaliados corretamente isso, pois não  
276 tínhamos noção desta ruptura. Isso é algo tranquilo de admitir, pois estabelecemos 45 dias,  
277 tranquilamente, de forma transparente. Isso vai para dentro da Central. E não são centenas de  
278 pacientes. É fácil de dizer milhões de reais. Milhares de pessoas. Não é. Isto é uma coisa  
279 transitória, que já está terminando. Vai para a Central de Marcação. Vai ser acessado por toda a  
280 cidade enquanto não se implantar a Regionalização, que já esta sendo estudada e vai ser  
281 implantada, pois nós já estamos com mais uma Central de Especialidades quase pronta, que é na  
282 UB S Camaquã, que vai servir o Sul e o Centro-Sul da cidade. O Coordenador passa palavra ao  
283 ANDRÉ que diz precisar esclarecer algumas coisas. Diz reconhecer que já participou do Núcleo de  
284 Coordenação do Conselho e do próprio Conselho. Faço aqui a “mea culpa”. Gostaria de usar este  
285 espaço para responder ao CLODOMAR, as acusações. Não sou Sindicalista. Sabe porque não?  
286 Por que na última eleição, a máfia que dirige o sindicato me deu 3 tiros. Um no braço, um no  
287 pescoço e outro na perna. Eu continuo na luta, enquanto outros só vem para a luta quando  
288 interessa. Peço que fique registrado na Ata as acusações que o cidadão me fez. O Sr. RAUL  
289 MARTINS solicita fazer alguns esclarecimentos, sobre algumas intervenções havidas. Inicia pela  
290 da Sra. LEONI, do PSF do Morro da Cruz. Esta semana tivemos uma audiência no Ministério  
291 Público sobre a área do Murialdo, onde o MP acionou a Secretaria de Saúde do Estado, fruto de  
292 nossa intervenção. Colocamos bem claramente que não aceitaremos a municipalização com as  
293 Unidades, no estado em que se encontram e sem os servidores de nível superior serem  
294 envolvidos. O MP está se posicionando sobre isso e vai cobrar do Gestor Público Estadual, uma  
295 posição sobre isso. Para o VIEIRA, de Belém Novo, que agradeceu o Terceiro Turno, gostaria de  
296 dizer que esta não é uma luta só dele, que muito bem representa a Comunidade de lá e que nós  
297 conseguimos levar adiante. Sobre os tickets da SAMU estaremos verificando o que houve, que  
298 certamente foi problema de comunicação. Sobre a Reabilitação vou explicar o que houve sobre a  
299 nossa presença lá no MP. Esteve lá até uma pessoa que não deveria ter ido, pois a Convocação  
300 do MP falava em Deficiência de uma maneira geral. Quando falamos em Reabilitação é

301 Reabilitação e não Deficiência. A correspondência que temos chama Deficiência. Foi uma pessoa  
302 para ver o que era. Estamos neste momento com dois Fisiatras, duas Fisioterapeutas e todo nosso  
303 Grupo de Trabalho, construindo o Plano Municipal de Reabilitação que deverá estar concluído até  
304 Julho, que previa, na sua pauta inicial, a Regionalização da Atenção em Reabilitação, ou seja, a  
305 Reabilitação junto da comunidade. Esta sendo impedida esta Reabilitação junto a comunidade  
306 porque tem alguém no governo federal que acha que o Prédio do CRP, da Av. Bento Gonçalves,  
307 pode continuar fechado mais 20 anos. Que é o que vai acontecer, pois o Governo Federal voltou  
308 atras na cessão daquele prédio e quer transformar aquilo num arquivo do INSS. Essa é a  
309 proposta deles. O Conselheiro ANTÔNIO LOSADA solicita a palavra e referindo-se a colocação  
310 do Sr. RAUL MARTINS, sobre a melhoria das Consultas Especializadas nas Regiões, citando a  
311 Unidade do Camaquã, onde tem a Gerência da Região Sul-Centro Sul. Na última reunião da  
312 Distrital, o Dr. INÉLIO não conseguiu chegar. Então não temos informações nenhuma. Solicitei à  
313 ele que encaminhe ao Conselho Distrital a proposta de melhoria. O Sr. RAUL MARTINS diz que na  
314 verdade antecipou uma coisa, para dar como notícia, fruto do calor da Plenária, mas que isso é  
315 fruto da contratação dos médicos. Na medida em que nem todos ainda entraram, pois isso é um  
316 processo que tem prazos para cumprir, nós ainda não fizemos a divulgação disso, pois não tem  
317 como fazer, pois eles não foram nomeados. Quando isso se concretizar, iremos comunicar. O  
318 Coordenador da Plenária, OSCAR PANIZ, encaminha então a PAUTA DO PLANO DE SAÚDE  
319 MENTAL, lembrando que este mesmo Plano foi tema da Plenária de 16 de fevereiro deste ano  
320 e que lá, por solicitação e proposição de alguns Conselheiros, ficou definido que a proposta  
321 apresentada deveria ser debatida nos Conselhos Distritais. Foi aprovado e definida a data de 15  
322 de março seguinte, como prazo final para entrega de novas proposições, na Coordenação de  
323 Saúde Mental, que acolheria as sugestões e juntamente com a Comissão de Saúde Mental as  
324 avaliaria e traria para a Plenária de hoje e é o que estamos fazendo. Serão avaliadas as  
325 propostas que chegaram dentro do prazo. Sobre as que chegaram após, definiremos após como  
326 proceder. Se manifesta o Psicólogo DENIS, falando pela Coordenação de Saúde Mental. Diz que  
327 foram recebidas propostas do Conselho Distrital Centro e do Conselho Distrital Leste. Elas foram  
328 avaliadas junto à Comissão de Saúde Mental, dia 4 de abril e implicaram em algumas alterações  
329 em relação ao Plano. Elas não são muitos extensas. Em relação ao Conselho Distrital Centro a  
330 sugestão é que existe uma lacuna em relação a emergência e atuação do SAMU. E a segunda  
331 proposta é uma revisão no Protocolo de Urgência e Emergência. Isto será agregado ao Plano, na  
332 parte de Operacionalização, vinculado ao PACS. Anexamos um texto, que em relação à  
333 Emergência, será revisto o Protocolo de atuação do SAMU, com o intuito de viabilizar o transporte  
334 adequado em paciente com transtorno mental. Em relação ao Conselho Distrital Leste, as  
335 propostas incluem a idéia de fornecimento de vales-transporte aos usuários que necessitam,  
336 para dar continuidade ao tratamento de saúde mental, garantindo o acesso aos serviços.  
337 Entendemos, na Comissão, de acrescentar ao Plano esta proposição. Outra proposta da Leste foi  
338 a de ampliação com contratação de Recursos Humanos para abrir os CAPS. Entendemos que  
339 isto já está contemplado pelo Plano, pelas proposições. Outra proposta. Estabelecer fluxo para  
340 pacientes egressos de Hospital e Pronto Atendimento para garantia de receitas e adequação de  
341 medicamentos para 30 dias. Houve uma avaliação de que isto é objeto de trabalho das equipes,  
342 quotidianamente e entendemos que é contemplado. A proposição seguinte é estabelecer agenda  
343 pós alta e trabalhar o familiar para que possam ser “cuidador”. Também houve entendimento de  
344 que já é objeto do trabalho e o Plano já contempla. As alterações são estas. É isso. O Sr. DENIS  
345 é interpelado sobre as contribuições da FASC e ele responde que estas são alterações de texto.  
346 Diz que não é qualquer questão de desprestígio aos colegas da FASC, mas o que pactuamos  
347 foi a apresentação de propostas por parte dos Conselhos Distritais. As sugestões da FASC  
348 poderão ser passadas para passar para o texto final. Iniciam os questionamentos. Fala a  
349 Conselheira SANDRA PERIN, dizendo que sua Entidade não mandou documento pois  
350 entendíamos que se propussemos muitas mudanças, possivelmente fosse atrasar, quando fosse

351 votado hoje e com isso atrasar a implantação. Portanto nós pretendemos contribuir na medida em  
352 que o Plano for implantado. Queria chamar a atenção em relação a duas coisas. Como o Plano  
353 está previsto com capacitação e acolhimento nas Unidades Básicas e esperamos que seja  
354 implantado o mais rápido possível. Sugerimos que nestas capacitações haja uma preocupação  
355 maior com o que a gente não detecta no Plano que é a questão do uso do crack. Se lerem o  
356 Plano ele está mencionado uma ou duas vezes. Atendemos uma população que são pessoas em  
357 situação de rua, bastante vulneráveis e a migração e o uso concomitante do crack com maconha e  
358 outras substâncias psicoativas é bastante grande e a gente não vê menção. O que a Saúde Mental  
359 está prevendo em relação a este grupo crescente de usuários que levam à letalidade maior pelo  
360 uso do crack. Tem um dano mais rápido e óbito mais rápido. Para nós preocupa pois há uma  
361 vulnerabilidade maior em disposição ao HIV e para hepatite. E não vemos menção. No que tange  
362 a redução de danos temos sérias críticas. Ajudamos a formular o anterior. Não concordamos que  
363 passasse para da AIDS para a Saúde Mental. Sugerimos uma avaliação no final do ano passado e  
364 ela não aconteceu até hoje. Achamos que foi pior esta passagem. Não vemos resultados muito  
365 bons. Temos que fazer uma avaliação, que é solicitada pelo Ministério da Saúde. Peço de novo e o  
366 RAUL ficou de ver. Outra coisa é que não temos resposta em relação aos nossos usuários no que  
367 tange a Cruzeiro do Sul. Sempre está lotada, sempre com problemas. Não vemos isto contemplado  
368 aqui. E isso é para ontem. E a última questão é a de que havia uma promessa da Secretaria de  
369 que o CAPS/AD abriria o mais rapidamente possível. Esta história é longa e não tem solução. No  
370 Plano prevê até julho de 2007. Se pudesse diminuir este tempo, com toda a dificuldade de  
371 contratação de pessoal e de capacitação. Se pudesse não ser até 2007, para nós que trabalhamos  
372 com pessoas vulneráveis, seria ótimo. Fala a Conselheira MARIA ENCARNACION, dizendo que  
373 não sentiu-se contemplada principalmente após um ano para elaboração do Plano. A gente que  
374 mora na Vila, mesmo que a Região Leste diga que aconteça, não acontece. Vai para o PAM 3 é  
375 atendido. Vai para casa, sem receita. Se manifesta o PEDRO, dizendo que parte do que a  
376 SANDRA fala. O perfil da AIDS aqui nos estados do Sul passa pela droga. Falo isto para fazer  
377 uma crítica que fiz no primeiro dia que o Plano foi apresentado. O Plano carece de informações  
378 sobre a realidade local. Na saúde a epidemiologia é a base. Então a crítica. O que estamos  
379 projetando esta baseado em que? Não pode sair um Plano pela Secretaria, sem estar sustentado  
380 por informações. Ele se baseia numa literatura, mas informações sobre a realidade local, não tem.  
381 O Planejamento esta baseado em que? O Plano não diz. Fala o Conselheiro ALCIDES  
382 POZZOBON, que gostaria que o DENIS, que respondeu na interpelação da FASC, que era uma  
383 questão de redação. Ou ele explicita para nós o que é uma questão de redação ou a FASC teria a  
384 palavra para ver que ponto não foi atendido. Se manifesta a Psicóloga VERA PASIN, dizendo que  
385 acompanhou a feitura do Plano e que desde o início foi bastante qualificado. Eu hoje vejo o Plano  
386 como uma colcha de retalhos. Teve uma série de contribuições, que foram agregadas, mas que  
387 não pensa a Rede de Atenção em Saúde Mental. Pensa serviços encima de agravos. Tem que  
388 pensar uma Política de Saúde Mental. Na minha compreensão não está contemplado. Se  
389 manifesta a Conselheira ELISABETE FREITAS. Diz que não viu neste Plano o respaldo de  
390 Hospital. Na última audiência pública a Promotora nos falou que perderemos logo 40 vagas no  
391 hospital espírita. Falta isso para que nosso dependentes possam ficar em atendimento 100%. A  
392 Conselheira ZILDA MARTINS é quem se manifesta. Diz da importância de termos ampliado o  
393 prazo. Temos que votar este Projeto e quero sugerir como proposta que a Comissão de Saúde  
394 Mental ficasse aberta para receber sugestões para serem agregadas ao Plano. Quem se  
395 manifesta é a Sra. TANIA FAILLACE, dizendo que tem bastante experiência no assunto pois  
396 conviveu por 43 anos com pessoa na família, que era esquizofrênica. Pergunto, sobre velhice e  
397 demência, provocada pela própria doença mental. O que se faz com o cidadão demenciado, que  
398 não tem condições de se cuidar, em todos os sentidos. Outra coisa é sobre a deficiência mental,  
399 que o Estado e os municípios a muitas décadas lavaram as mãos. Quanto a Educação Especial,  
400 como Autismo, Paralisia Cerebral e do Paciente Vegetativo. Qual é a solução? O Parente Cuidador



401 será voluntário ou compulsório? Receberá treinamento profissional e receberá salário ou será  
402 um escravo do setor de saúde, atendido pelo Estado. O morador de rua, qual é a política para ele?  
403 Se manifesta a Sra. LÂMIA, que faz parte da Câmara Técnica do Hospital Parque Belém. Diz que  
404 mesmo na última hora, gostaria de reforçar as antigas propostas, que seria o atendimento 24  
405 horas para saúde mental em cada região da cidade e que nos finais de semana tenham locais  
406 que atendam também 24 horas e com medicamentos. O que se pede é um atendimento com  
407 Equipe Multidisciplinar, que realmente resolva. Não adianta empurrar para a Rede Básica, onde o  
408 Clínico tem que atender o Paciente. E também que se tenham leitos para a Saúde Mental em  
409 todos os Hospitais Gerais. Fala o JULIANO, dizendo que estava observando o Relatório Final da III  
410 Conferência Nacional de Saúde e no Plano de Saúde Mental que está em debate. Parece que  
411 estes dois documentos não se conversam. Parece que o grupo que construiu este Plano não está  
412 ao par ou não é favorável a Reforma Psiquiátrica. Gostaria de ver onde está destacado no Plano  
413 algum princípio da Reforma Psiquiátrica. Onde consta algum plano para a Desinstitucionalização.  
414 Onde ficou claro aqui, qual é o lugar do Hospital Geral na Rede. Como se dará o Controle da  
415 Internação Psiquiátrica. Não vejo nada de Auditoria, de Controle, de Avaliação. Parece que este  
416 Plano ignora a Reforma, ignora a Lei Estadual, a Lei Federal. Parece que ignora também qual é o  
417 conceito de um CAPS. Não vejo como este Plano pode ser votado hoje. Redução de Danos, tem  
418 uma deturpação de conceitos, que não sei de onde foi tirado. Como se dá ênfase a abstinência na  
419 Redução de Danos. É um Plano Moralista. Fala o Conselheiro NEI CARVALHO e seguindo na linha  
420 de quem me antecedeu agora, ou seja, falamos muito em responsabilidade, em aprovação e  
421 discussão de Projetos. Ao longo de todas as administrações que eu passei no Conselho, tivemos  
422 dificuldades. Como ocorreu sobre a apresentação da ULBRA no IAPI. Como ocorreu sobre a  
423 apresentação do Projeto da Tuberculose, que apresentamos uma emenda na aprovação do Projeto  
424 e não vi nada até agora. Então se fala muito em ação responsável. A próxima a falar é a JANETE,  
425 Conselheira pelo Conselho de Psicologia. Diz que é trabalhadora da FASC e lá montou um grupo  
426 de trabalho sobre Saúde Mental, ao qual foi tirado um documento que foi entregue na Comissão  
427 de Saúde Mental, que o DENIS definiu que ele não entraria. Algumas coisas até foram acatadas,  
428 na própria Comissão. Só não entendi porque ele não pretendeu fazer hoje, isto. Tem coisas  
429 importantes. Quando o colega falava que tem uma linha que é cognitiva-comportamental. Tem e  
430 nós pedimos a supressão, pois a avaliação psicológica é muito mais ampla do que uma linha. Uma  
431 linha o profissional escolhe, conforme a sua formação. Isso não é só a mudança do texto. É um  
432 documento. Não dá para deixar passar. Dentro do Programa de Atuação à Dependência Química,  
433 no item Desintoxicação e Serviço de Atenção ao Dependente Químico, incluir um profissional de  
434 Psicologia. Botamos página por página todos os itens que estávamos querendo rever. Gostaria  
435 que isto entrasse. Não sei se vou poder fazer a defesa agora. Quem se manifesta é o Sr. RAUL  
436 MARTINS, dizendo pretender estabelecer uma ordem cronológica das coisas. Em Fevereiro de  
437 2005 premidos pelo fechamento do CAPS/AD, que foi aberto no dia 29 de dezembro de 2004, nos  
438 propusemos a apresentar um Plano de Saúde Mental e o fizemos, em fevereiro de 2005. Este  
439 Plano, durante um ano, foi avaliado pela Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de  
440 Saúde, onde todo mundo tem acento. A Comissão de Saúde Mental alterou, aperfeiçoou, mudou o  
441 que achou que tinha que mudar, junto com todas as participações que ali se fizeram presentes. A  
442 Comissão de Saúde Mental aprovou o Plano e veio para a Plenária. Se abriu a possibilidade de  
443 nós aperfeiçoarmos mais o Plano, tendo a data de 15 de março como limite para  
444 encaminhamento de novas sugestões, para o Conselho, à Comissão ou à Coordenação de Saúde  
445 Mental. Me causa espanto que algumas propostas tenham vindo dia 4 de abril, na reunião da  
446 Comissão, fora dos planos das datas pactuadas aqui, neste Conselho. Uma coisa importante é  
447 medirmos as conseqüências de nossas falas. Fico muito preocupado quando alguém se diz  
448 defensor da Reforma Psiquiátrica, não lê o Plano e diz que ele não contempla a Reforma  
449 Psiquiátrica. O Dr. HANS, Coordenador da Comissão de Saúde Mental sabe que está tudo  
450 contemplado. A única coisa que nós dizemos aqui, abertamente, naquela Plenária deste Conselho,

451 é que nós vamos discutir por fora o fechamento de leitos psiquiátricos, que em Porto Alegre, tem  
452 que terminar. Porque estamos fechando, criminosamente, mais 40 leitos. Temos 11 leitos de  
453 Adolescentes em Porto Alegre e eles continuam tendo problema de drogadição e precisando ser  
454 desintoxicados. Temos que enfrentar de frente as questões. Sobre o Programa de Redução de  
455 Danos, foram convidados os nossos coordenadores pelo Ministério da Saúde, para ser padrão para  
456 o Brasil inteiro. Este é o PRD que está contemplado ali, um modelo para o Brasil. Só para nos  
457 conhecermos e entendermos o que estamos falando. A Coordenadora do PRD de POA, junto com  
458 os PRDs, estão sendo convidados para atuarem junto ao Ministério da Saúde. A SANDRA falou  
459 sobre o CAPS até Julho de 2007. É muito prazo e eu também acho. Se considerarmos o tempo  
460 que levamos para discutirmos o Plano, vamos acabar achando que 2007 é muito curto pois há  
461 propostas de que a gente vote contra este Plano. Na fala do PEDRO ele diz que no Plano faltam  
462 informações. Esta questão, neste ano de debates, não foi levantada na Comissão de Saúde  
463 Mental. Porque estas informações, se elas existem, não foram trazidas para a Comissão. Estão na  
464 Bibliografia científica e servem para Porto Alegre, São Paulo e tantos lugares. Não consigo  
465 entender que uma coisa que valha para São Paulo não sirva para Porto Alegre. Agora, vale o  
466 modelo da Reforma Psiquiátrica Italiana para o Brasil. Copiamos este modelo italiano, que  
467 naufragou, e tenta implantar no Brasil. Ai vale. Acho que a proposta não pode ser a de  
468 construirmos um sistema de informações para depois termos um Plano. Temos que construir uma  
469 proposta, como já foi dito aqui, que vá se aperfeiçoando ao longo do tempo, crescendo com as  
470 contribuições que cada um tem a fazer, pois não estamos aqui para no embate, que impede as  
471 pessoas de acessar ao Serviço de Saúde. Não temos nenhum tipo de fechamento da discussão,  
472 pois isso seria muito burro, por parte de qualquer Gestor, que não aceitasse contribuições que irão  
473 qualificar o atendimento. Sobre a fala da Sra. LÂMIA reforçar o atendimento da Saúde Mental 24  
474 horas. Isto é algo que se agrava e que está na perspectiva de estruturação de um Sistema. Hoje  
475 só temos o Pronto Atendimento da Cruzeiro, atendendo 24 horas e tendo uma sobre carga  
476 absurda. Tem uma questão que tem que deixar de ser ideológica e ser mais pautada no  
477 atendimento ao Usuário do SUS. As pessoas podem não saber quem eu sou. Sou Mestre e  
478 Doutrino em Sistema de Informações e Gestão de Saúde e uso Bibliografia Científica da Med  
479 Line(???) e da Lilams(????) e conheço muito bem qual a diferença entre uma e outra e sei a  
480 qualidade de uma e outra e isto está questionado, em determinado momento, que são aceitos  
481 textos em português, pois os textos em português é que devem ser levados em consideração o  
482 que a gente vai ignorar a ciência no mundo inteiro. Acho que não pode ser esta nossa proposta. Eu  
483 queria chamar a atenção e corrigir, JANETE. Tem uma proposta do Grupo de Trabalho de  
484 Servidores da FASC e este documento não é da FASC e sim destes Servidores, que apresentou  
485 em 4 de abril, na reunião da Comissão de Saúde. Não é nenhum desrespeito à eles mas senão  
486 fica parecendo que nós, instituições do governo, ficamos nos jogando uns contra os outros. O  
487 Conselho Glória-Cruzeiro-Cristal só apresentou ontem a sua proposta, que não será negada, mas,  
488 no meu entendimento, tem que ser uma contribuição “a posteriori”. Se manifesta o Dr. HANS,  
489 Coordenador da Comissão de Saúde Mental, dizendo, sobre as contribuições, que estas foram  
490 avaliadas junto dos membros da Comissão bem como da Assepla e talvez nem tudo tenha sido  
491 contemplado. Relembra então o Dr. HANS o que foi relatado no Parecer da Comissão de  
492 fevereiro, onde já se dizia que o Plano não era algo acabado. Iniciava sobre uma certa Diretriz,  
493 que é a de montar uma Rede Assistencial, nos vários níveis, com Unidades Básicas,  
494 Interconsultas, CAPS. Lembra de necessidade de acelerar alguns prazos, para a instalação de  
495 equipamentos. Ao nosso ver a ASSEPLA manteve uma situação de se comprometer com o que  
496 de fato vai conseguir fazer. Isso nos parece básico. Passamos por diversos Planos nesta  
497 Secretaria. O Plano tem muita coisa em aberto. A parte de Reabilitação falta aprimoramento.  
498 Sabemos que estão acontecendo Oficinas com o Sistema de Reabilitação, reuniões com o  
499 Sistema de Residências Terapêuticas, tentar abrir equipamentos, não só Ambulatórios, CAPS,  
500 Hospitais. Existe então um compromisso do Grupo de Coordenação de Saúde Mental da

501 Secretaria, aos poucos, com a participação da Comissão, de trazer estes vários acertos, várias  
502 elaborações nos Programas que ultrapassam as questões básicas, que foram a matriz  
503 fundamental deste Plano, que são: os programas de adição, programas da infância e adolescente.  
504 Agora, tudo está inserido dentro da reforma psiquiátrica sim. As Diretrizes são mantidas. Pode não  
505 estar implícito, não estar dito exatamente. Outra coisa. É importante um Sistema de Informações,  
506 só que este Sistema já existia. A Comissão se debruçou com informações muito esparsas e esta  
507 sistematização é muito importante. Criar Protocolos, Fluxos e como fazer isso ai e tem que ser feito  
508 sobre a base Epidemiológica sim, mas com informações precisas e de todas as áreas, que tem que  
509 ser captadas e nesse sentido vai realmente uma dificuldade. Queremos solicitar que todos  
510 venham a Comissão. Qualquer um é importante. Sofremos uma carência de presenças. Não  
511 conseguimos trazer representantes de Usuários, suficientes. A próxima inscrita, é a Conselheira  
512 SANDRA PERIN, manifestando-se favoravelmente a votação do Plano hoje, pois sempre  
513 transpareceu que o mesmo está aberto à modificações. A gente sabe que quem tem informação,  
514 tem poder. E aqui fica claro nas falas o quanto a gente não está lidando bem com informações.  
515 Primeiro, aqui dentro do Conselho, as Comissões não conversam. A da Saúde Mental não  
516 conversa com a de DST e o contrário é o mesmo e daí a gente poderia falar um pouco mais em  
517 Redução de Danos. Em relação a isso, também eu não sei se este colegiado aqui tomou  
518 conhecimento do quanto podia contribuir para este Plano. Acho que ao longo do tempo, que a  
519 coisa foi construída, não ficou muito claro. E isso é um problema de Comunicação de todos nós. E  
520 RAUL o que o Ministério da Saúde está convidando é sobre a prática dos Redutores de Danos e  
521 não sobe o Programa de Redução de Danos, que é diferente. Passou para a Saúde Mental e tem  
522 outro fundamento. Ideologicamente mudou. O foco de Redução de Danos mudou. A questão de  
523 dados, é que existem muitos, só, como o Sr. falou, não estão sistematizados. Se vocês  
524 conversarem com Redutores de Danos eles vão falar o que é crack em Porto Alegre, pois eles  
525 têm mais informação que todo este coletivo aqui. E eles não foram ouvidos, pois não se fala em  
526 crack neste Plano. Neste momento é gravíssimo em Porto Alegre e a AIDS está ligada a isso.  
527 Números existem. Isso demonstra a nossa falta de comunicação. Se manifesta o Sr. PEDRO,  
528 citando Jornal ZH recente onde SMAM acusa a FASC de que um abrigo de rua que está logo  
529 adiante não atende os moradores de rua que estão na Praça Garibaldi. Acho que temos que fazer  
530 a crítica. A Gestão mas tem que pensar gerencialmente. O RAUL coloca uma coisa que do ponto  
531 de vista Gerencial tem que ter um fundamento, que se o Plano não for aprovado, pode engessar.  
532 Dou parabéns a este processo todo, pois estamos provocando uma discussão sobre Saúde  
533 Pública, com desejo de participação excelente. Do ponto de vista da Gestão e da Política,  
534 ninguém está jogando pedra. Estamos querendo contribuir. A Coordenadora de Saúde Mental do  
535 Centro de Saúde dos Comerciantes disse que não tinha conhecimento deste Plano e acusou o  
536 Distrital de que não tinha informado. Acho que está caindo de maduro que esta Plano seja  
537 discutido, mas que seja tema de uma Conferência de Saúde Mental. Fala o Conselheiro  
538 CLODOMAR, dizendo ter sido ele que provocou a volta do debate aos Conselhos Distritais e nós  
539 não soubemos fazer o tema de casa, entregando atrasado e faço a minha culpa. Penso que ele  
540 deva ser votado sim e deixar em aberto para ser acrescentado alguma coisa, continuar formando  
541 este Plano, pois é um assunto muito complexo. A Conselheira HELOISA ALENCAR se manifesta,  
542 dizendo que um Plano não é uma Lei, não fecha, não restringe, existe uma evolução da discussão.  
543 Acho que precisamos andar, não ficar patinando. A Comissão de Saúde Mental do Conselho tem  
544 uma Agenda. As pessoas têm contribuições, vieram falar. Fiquei muito contente pelas discussões  
545 que aconteceram aqui. Acho que temos que andar, pois não vai atrapalhar em nada. O  
546 Coordenador OSCAR PANIZ faz seu testemunho pessoal de que esta Comissão de Saúde  
547 Mental foi a que mais se movimentou em torno de um Plano de Trabalho e o que se viu foi de que  
548 principalmente muitos trabalhadores se interessaram e se envolveram na construção do que  
549 temos hoje aqui, para ser apreciado. Por fim a Dra. MARIA PAZ, Coordenadora de Saúde Mental  
550 da ASSEPLA se manifesta, dizendo que quer fazer uma recuperação sobre a sua participação na

551 Comissão de Saúde Mental. A primeira reclamação que nós tivemos é de que os Planos não  
552 passavam por uma discussão nesta Comissão. É claro, óbvio, que é impossível que a gente possa  
553 colocar as coisas em pratica imediatamente. Não precisamos dizer que várias vezes voltamos para  
554 a Comissão de Saúde e muitas vezes tivemos que refazer várias questões pois muitas vezes nós  
555 pensamos em conjunto e vimos que isso não seria a solução. Muitas vezes briguei com o Dr.  
556 HANS, muitas vezes a LOIVA disse que tal coisa não era possível. Acabei conhecendo a  
557 CARMEM. Acabei conhecendo várias pessoas e não vou ficar aqui citando pois são muitos os  
558 profissionais que ficaram envolvidos neste processo. Obviamente que se tornou um Plano que é  
559 uma Colcha. É uma Colcha que acabou sendo construída com o histórico de vida de cada um  
560 destes profissionais que fizeram parte da Comissão, desta discussão. E mais uma coisa. Nós  
561 temos um compromisso, que antes de político, é ético, com a democracia., no momento em que  
562 modificamos e re-modificamos este Plano. Obviamente um comprometimento desta forma, de um  
563 ano, não muda de uma hora para outra e isto significa que a gente tem tido um histórico de vida,  
564 que é coerente com esta conduta. A outra questão que é muito importante é de que várias  
565 sugestões vieram e isto deve ser encaminhado para a Comissão, como tem sido, até como uma  
566 forma de fortalecê-la. Tem uma coisa que não posso ficar quieta. É a de que se este Plano é  
567 científico ou não é. Não posso ficar quieta, pois ai nós vamos ter que sentar ver o que Mad  
568 Line(??), Referência e obviamente em todo artigo científico vai passar alguma referência que foi,  
569 ou colocada no lugar errado, isto é óbvio. Quem escreve, o dia inteiro, artigos científicos percebe  
570 isso. Agora, a forma de escrever, o contexto, foi todo pensado e elaborado em relatório de  
571 informações que nós tínhamos naquele momento e isto é política. Não necessariamente preciso  
572 dizer o número de uma Lei para dizer o que é político ou o que não é político. E por fim, gostaria  
573 muito de trabalhar RAUL, mas se não posso vou ficar sentada ganhando meu salário. O Sr. RAUL  
574 MARTINS diz que é importante registrar que este grupo de servidores, usuários, de abnegados  
575 que participaram da Comissão de Saúde Mental, deu uma demonstração clara de um Processo  
576 Participativo. Certamente o que mais eu cobrava da MARIA PAZ é que nós obedecêssemos as  
577 instâncias e que fossemos ágil na aprovação deste Plano, pois precisamos dar resposta as  
578 necessidades da comunidade. Temos tido discussões bastante calorosas e o PEDRO sabe disso  
579 e sabe quanto eu gosto disso e não tenho nem um tipo de problema, pois elas são francas e leais.  
580 O ruim é quando isso é feito pelas costas e sem qualquer preceito ético. A fala da HELOÍSA é a  
581 que mais me deixa tranqüilo, por que a gente tem que avançar. Vamos estabelecer prazos e avaliar  
582 o que está andando. Espero que se consiga votar para avançar. No encaminhamento o  
583 Coordenador, OSCAR PANIZ diz que ficou bem claro aqui que as coisas vão continuar  
584 acontecendo, ou seja, a Comissão de Saúde Mental tem sua agenda e dentro dela o Plano de  
585 Saúde Mental continuará a ser avaliado e recebendo as contribuições que se fizerem necessárias,  
586 para ser aprimorado. Proposta de Conferência de Saúde Mental, nós do Conselho temos que  
587 consultar de que forma elas são realizadas, no sentido de respeitar um ordenamento, que  
588 normalmente é determinado pelo Conselho Nacional de Saúde. A Psicóloga VERA PASINI propõe  
589 que o Plano não seja votado hoje e pergunta: todos os que votarão conhecem a última versão do  
590 Plano? Penso que só poderíamos votar conhecendo a última formatação. O Sr. RAUL MARTINS  
591 pede para fazer um contraponto à VERA, pois na verdade todos os Conselheiros receberam  
592 cópia do Plano. A fala da VERA de que a gente não pode votar pois tem coisas que tem que  
593 mudar, significa a falta de uma discussão e participação aqui dentro. As contribuições que vieram  
594 dentro dos prazos, já foram avaliadas pela Comissão, foram contempladas e faladas aqui. Esta foi  
595 a regra estabelecida. As modificações que foram contempladas, que foram lidas aqui e que já  
596 passaram pela Comissão de Saúde Mental, a qual teve ciência e aprovou estas modificações estão  
597 contempladas. Estão registradas em Ata. Entendo que não há necessidade de esperarmos para  
598 escrever de novo para ai votar. O Sr. PEDRO propõe que se delibere agora que a Comissão de  
599 Saúde Mental vai continuar acompanhando e trabalhando, não daqui a seis meses,  
600 sistematicamente, nestes pontos que estão faltando. Estou pedindo uma votação a parte, para a

601 minha proposta. A Dra. ANGELA NUNEZ solicita manifestar-se. Diz trabalha em PSF na Zona  
602 Norte. Quem trabalha na ponta, no Eixo Baltazar, não estaria discutindo este Plano, pois vocês  
603 sabem o que nós temos em matéria de Saúde Mental lá? Nada. Então se temos alguma coisa que  
604 podemos, com o tempo, melhorar de alguma forma a Saúde Mental nesta cidade, isto é para  
605 ontem. Tem que fazer e ver como vai ficar, pois não dá para continuar trabalhando do jeito que a  
606 gente está, sem nada em Saúde Mental. Nós não trabalhamos com psicólogos, psiquiatras. Então  
607 temos que fazer alguma coisa para ver como vai ficar. É então colocado em votação o Plano de  
608 Saúde Mental para o Município de Porto Alegre. O mesmo é aprovado por 22 votos favoráveis,  
609 nenhum contrário e 1 abstenção. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a Plenária as 22:10  
610 min, sendo lavrada a presente Ata.

611  
612  
613  
614  
615

OSCAR RISSIERI PANIZ  
Coordenador da Plenária

AURA MENDONÇA  
Secretária

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 04/05/2006